

MONTARGIL, Filipe - "**Machado, Mário Montalvão**". In REIS, António; REZOLA, Maria Inácia; SANTOS, Paula Borges (Coords.) - Dicionário de história de Portugal: o 25 de Abril. (vol. 5: Igreja-Misericórdia). Porto: Figueirinhas, 2017. ISBN 9789726612261. pp. 281-286

Machado, Mário Júlio Montalvão (Montalegre, 1921 – 2010). Natural de Montalegre. Advogado, militante histórico do PPD/PSD e deputado. Filho de Júlio Augusto Montalvão Machado, magistrado e escritor, e de Olinda de Moraes. Mário Montalvão Machado é educado numa família que, em apenas duas gerações, regista uma extensa e diversificada participação política. Seu pai, membro do Partido Democrático, é administrador do concelho de Chaves em 1913, pouco depois da implantação da República (para o que interrompe os estudos em Coimbra) e mantém considerável atividade política, ao longo da vida. José Timóteo Montalvão Machado, seu tio, é governador civil de Vila Real, em 1927 e, mais tarde, entre 1931 e 1934. José Vicente Pizarro Xavier Montalvão Machado, primo direito de Mário Montalvão Machado, é deputado da União Nacional, na Assembleia Nacional (X Legislatura, 1969-1973). Júlio Augusto de Moraes Montalvão Machado, irmão de Mário Júlio, é candidato pelas listas da CDE nas eleições de 1969, em Vila Real, e é posteriormente um dos fundadores do Partido Socialista. Mário Montalvão Machado considera seu pai como o primeiro republicano, democrata e liberal, no seio de uma família de origem conservadora. Este perfil é perceptível através de vários traços de caráter público. Em 1958, Júlio Augusto Montalvão Machado integra a comissão nacional da candidatura presidencial do general Humberto Delgado. Em 1959 encabeça a lista de testemunhas abonatórias de Aquilino Ribeiro, no processo judicial que lhe é movido pela publicação do romance *Quando os lobos uivam*. No domínio da expressão literária, publica, em 1967, o livro *O bom humor nos tribunais*, em que partilha um conjunto de histórias bem-humoradas da sua experiência no mundo dos tribunais. Mas, talvez mais importante ainda do que esta dimensão pú-

blica, o pai incute desde cedo nos filhos uma informalidade e uma proximidade, tratando desde sempre, por exemplo, os filhos por tu, que contrasta com o conservadorismo vigente em alguns círculos próximos. Esta capacidade de afirmar o seu próprio percurso, diverso nos valores do meio familiar de origem, suscita o registo e a admiração de Mário Montalvão Machado. É esta mesma capacidade de romper com o conservadorismo do meio familiar que virá a constituir um dos mais destacados fatores da admiração de Mário Montalvão Machado por Francisco Sá Carneiro, mais tarde. Ainda criança, um episódio marca a sua noção dos valores da liberdade e da amizade. José Domingues dos Santos, destacado dirigente da Primeira República, ligado ao Partido Democrático, procura refúgio em casa de seus pais, em Vila Real, na sequência do pronunciamento militar de 28 de maio de 1926. Mário Montalvão Machado, ainda criança, participa diretamente nos preparativos da fuga de Domingues dos Santos para Espanha através de Chaves, Montalegre e da Serra do Larouco, em direção a Ginzo de Límia. Esta experiência deixa-lhe uma profunda memória: o pai, embora colocando em risco a sua liberdade e o seu lugar de magistrado, "conseguiu dar a liberdade a um amigo que a tinha perdido" (Machado, 2003: 13). Faz o primeiro ano do Liceu num colégio de Vila Real, interno. Passa, a seguir, para Chaves. No 6.º ano do Liceu, já envolvido no ambiente boémio da cidade, chumba o ano, com positiva apenas a ginástica. Regressa, por este motivo, ao colégio de Vila Real que tinha frequentado anteriormente, onde acaba por concluir o Liceu com boas notas. Reprova no exame de admissão à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, da primeira vez que se candidata, entrando no ano seguinte. A sua consciência política é mais marcada, na passagem por Coimbra, pelo contacto com re-

fugiados da II Guerra Mundial do que pela atividade académica propriamente dita. Com uma Associação Académica liderada, na altura, por Francisco Salgado Zenha, que Montalvão Machado encara como uma "brisa de mudança", mais do que como um "vendaval", é o contacto e o debate com refugiados que o faz refletir sobre o regime e a posição de Portugal no mundo. Coimbra é, neste período, local de abrigo para centenas de refugiados, na sequência da ocupação nazi de França. Concentram-se na cidade sobretudo franceses e polacos mas, também, belgas e holandeses, com o sonho de transpor o Atlântico e chegar à América. O contacto com estes refugiados marca o jovem estudante de direito, na sua passagem pela Universidade: "O estudante de Coimbra de 1939 não tinha nada a ver com o de 1944 ou 1945. Foram quatro ou cinco anos em que pensámos sobre o que ia pelo mundo e o que estava parado em Portugal" (idem: 29). Depois de concluir a licenciatura, em 1945, vai para o Porto, onde faz o estágio de sub-delegado do Procurador da República, com duração de 6 meses, e, a seguir, o estágio para advocacia, durante ano e meio. Casa em 1947, no Porto, com Ermelinda Guerra Barbosa, filha de Edmundo Lopes Barbosa, conceituado advogado na área do processocrime com escritório na Rua de Ceuta, onde Mário Montalvão Machado advoga. Assume, no início da carreira, um processo que contribui para a sua notoriedade pública. Uma camioneta da carreira Braga-Chaves é assaltada por um grupo de guerrilheiros republicanos espanhóis, refugiados na zona do Gerês e do Larouco, cerca de 10 anos após a conclusão da Guerra Civil Espanhola. Este incidente, sem vítimas diretas, vem a desencadear posteriormente uma vingança numa aldeia muito próxima do assalto, de que resulta uma morte. Este processo é julgado como terrorismo, no Tribunal Militar

do Porto, onde Mário Montalvão Machado defende dois irmãos portugueses. O processo, pelo seu caráter inédito, chama a atenção popular. Conhece Francisco Sá Carneiro provavelmente em outubro de 1956. O pai, Gualberto Sá Carneiro, leva o recém-licenciado ao escritório de Mário Montalvão Machado, para o apresentar e solicitar o seu acompanhamento tutelar, no início da atividade profissional do filho. A relação entre os dois advogados do Porto, com escritório a escassas centenas de metros de distância, aprofunda-se, a partir deste momento, evoluindo para uma amizade política e pessoal. Em 1958, seu pai e seu irmão apoiam publicamente a candidatura de Humberto Delgado. O primeiro, já reformado, integra a Comissão Nacional de Candidatura. O segundo integra a Comissão Local, em Chaves. Mário Montalvão Machado, apesar de seu apoiante, não assume uma posição oficial. Neste período, o seu envolvimento consiste essencialmente na participação ocasional em reuniões e debates no escritório de António Macedo e de Mário Cal Brandão, amigos pessoais e da família, conhecido nos meios republicanos do Porto como A Toca. Em 1969, Mário Montalvão Machado é convidado, no âmbito da abertura que Marcelo Caetano procura imprimir ao Estado Novo, juntamente com outras personalidades sem conotação anterior com o regime, a integrar as listas da União Nacional. Francisco Sá Carneiro também integra esse grupo. Discutem ambos o convite para participar ativamente na vida política do regime e a oportunidade de contribuir para a sua mudança, a partir de dentro. Francisco Sá Carneiro aceita o convite, integrando o grupo que virá a ser conhecido mais tarde como Ala Liberal. Mário Montalvão Machado decide não aceitar, argumentando não acreditar na possibilidade de mudança do regime, a partir do interior. Pesa, porventura, na sua decisão também

um argumento familiar: o irmão, Júlio Montalvão Machado, decide integrar as listas da Coligação Democrática Eleitoral (CDE), por Vila Real. Num cenário em que José Vicente Montalvão Machado, primo direito, integra, nas mesmas eleições, a lista da União Nacional, o risco de contribuir para acentuar a instabilidade familiar pode, também, ter influenciado a sua decisão. A 24 de abril de 1974 desloca-se, por coincidência, a Lisboa. Vem receber seu irmão, Júlio, vindo da Guiné, onde presta serviço como médico militar. O telefonema que recebera sobre o seu estado de saúde é preocupante, e obriga à sua evacuação de urgência para a metrópole. Recebe o irmão em Lisboa, deixa-o entregue aos médicos e regressa ao Porto. Durante a madrugada, Júlio telefona-lhe, comunicando a ocorrência de um golpe militar em Lisboa. Nos dias seguintes preocupa-se com as sombras que receia poderem encobrir a afirmação da liberdade no novo regime. Tanto a perspectiva de o golpe militar poder ter a extrema-esquerda na sua origem, como o anúncio de que o governo do país seria, necessariamente, um governo militar suscitam a sua atenção. Dois ou três dias depois do 25 de Abril tenta contactar telefonicamente Francisco Sá Carneiro. Não consegue, sendo-lhe transmitido que Sá Carneiro já partira para Lisboa. Fica, neste contexto, no Porto, assistindo ao desenrolar dos acontecimentos. A 8 de maio, duas semanas após o 25 de Abril, Francisco Sá Carneiro contacta-o, ao princípio da noite: “Mário Júlio, acabamos de tornar pública a constituição do Partido Popular Democrata – comigo, no lançamento, o Pinto Balsemão e o Magalhães Mota. É evidente que conto consigo” (idem: 159). Mário Montalvão Machado não conhece os restantes fundadores do PPD. Lidas as linhas programáticas do novo partido, conversando com Sá Carneiro e falando com vários amigos, decide aderir.

O próprio reconhece: “Por isso entrei de imediato, naqueles primeiros dias após o 25 de Abril, no mundo da política. Mas quando entrei, fi-lo de consciência serena, de ânimo certo, sem dúvidas de atuação” (idem: 162). Poucos dias depois de 8 de maio, Sá Carneiro convida-o para integrar a Comissão Política Provisória do partido, órgão formado a 24 de junho. Do Porto, para além de Montalvão Machado, encontra-se também Miguel Veiga nesta primeira comissão política – também ele convidado por Sá Carneiro. Os membros da comissão política escolhidos por Sá Carneiro, pelo Porto, apresentam um perfil específico, diferente de outras alternativas como, por exemplo, Olívio França, Artur Santos Silva ou Artur Andrade. O próprio atribui a sua escolha a um conjunto de fatores estratégicos. Montalvão Machado e Miguel Veiga, apesar de um *curriculum* com menos peso político do que outras alternativas, reúnem várias vantagens, permitindo i) reforçar a diferença entre o PPD e a Ala Liberal – e, portanto, o Estado Novo (Montalvão Machado e Miguel Veiga não tinham sido deputados da Ala Liberal); ii) garantir que o partido não seria a continuação do republicanismo de 1910 (como poderia ser mais saliente, com a eventual escolha de Olívio França ou Artur Santos Silva); iii) demonstrar o caráter antimarxista do partido; iv) manter a independência face aos movimentos da Igreja (onde nem Montalvão Machado nem Miguel Veiga participam) (idem: 168). De testemunha e observador privilegiado, como até então, passa a assumir, a partir deste momento, um papel relevante na construção e afirmação do PPD no Porto e no norte, organizando e participando em comícios por toda a região, desde o primeiro comício nacional do partido, realizado em Vila Real. Assume, a partir desta fase, várias funções de relevo no partido. Participa na elaboração do programa do PPD. É eleito

membro do Conselho de Fiscalização do partido, no I Congresso, em setembro de 1974. Em 1975 é Presidente da Comissão Política Distrital do Porto. Apesar do seu envolvimento na afirmação do partido, decide não integrar as listas à Assembleia Constituinte em lugar elegível. Invoca, para o efeito, o facto de não pretender abandonar o seu escritório, a par da falta de formação política. Continua, contudo, ativo na implantação do partido no distrito e no norte do país, num vaivém de reuniões, sessões de esclarecimento e comícios um pouco por todo o lado, por vezes em clima de tensão ou mesmo de confronto violento, em 1974 e 1975. É, por exemplo, o principal dinamizador e rosto do comício do PPD organizado a 8 de outubro de 1975, na Praça Humberto Delgado, que prossegue de seguida com uma marcha de apoio a Fíres Vêloso até ao CICAP (Centro de Instrução de Condução Auto do Porto), junto ao Palácio de Cristal e, a seguir, até ao RASP (Regimento de Artilharia da Serra do Pilar), em Vila Nova de Gaia. O comício e a manifestação subsequente (em que já não participa, por razões de saúde) reúnem dezenas de milhares de pessoas e tornam-se num dos pontos altos da tensão política no Verão Quente: “O choque é violentíssimo. Paus, pedras, pistolas, numa batalha campal, por entre gritos de dor e sangue abundantemente derramado. Luta corpo a corpo. Granadas ofensivas, cocktails molotov, revólveres. Centenas de feridos arrastam-se pelo asfalto.” (Antunes, 1980, p. 192). É eleito membro do Conselho Nacional, no II Congresso, em dezembro de 1975. Historicamente próximo de Sá Carneiro, separa-os pontualmente no Congresso de Aveiro a questão da existência oficializada, ou não, de tendências no partido – possibilidade que Montalvão Machado apoia. Pressionado por Sá Carneiro, acaba por aceitar integrar a lista do Porto nas elei-

ções para a Assembleia da República, em abril de 1976. Ocupa o terceiro lugar, depois de Sá Carneiro e Olívio França. Integra, nesta legislatura, a Comissão de Regimentos e Mandatos, a que preside. Mantém, contudo, o seu escritório e a advocacia, no Porto, dividindo a sua semana entre as duas atividades. É eleito membro do Conselho Nacional do partido no III e IV Congressos, em outubro de 1976. Desempenha posteriormente vários cargos no partido, integrando o Conselho Nacional, a Mesa do Congresso Nacional e assumindo a liderança do Grupo Parlamentar na Assembleia da República, entre 1988 e 1992. *V. tb.* PARTIDO POPULAR DEMOCRÁTICO (PPD)

[F Mo]

Referências: José Freire ANTUNES – *O Segredo do 25 de novembro*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1980 • Mário Montalvão MACHADO – *Passos da Vida. Recordações, pessoas, histórias, tribunais, política*. Porto: Edição do Autor, 2003 • Marcelo Rebelo de SOUSA – *A Revolução e o Nascimento do PPD*, Vol. I. Lisboa: Bertrand, 2000 • Maria José STOCK – *Elites, facções e conflito intrapartidário. O PPD/PSD e o processo político português de 1974 a 1985*. Universidade de Évora: Dissertação de Doutoramento em Sociologia (Sociologia Política), 1989 • Entrevista de António Montalvão Machado (sobrinho) ao autor, a 31 de maio de 2013.